

Resumo

As crianças com deficiência intelectual são lentas em todas as áreas do desenvolvimento: habilidades motoras, socialização, autocuidado e linguagem. Seus problemas de aprendizagem e memória estão relacionados à categorização conceitual e condição simbólica, estas não são detentoras de estruturas mentais para assimilação. Portanto, se orientam por imagens ou pelo concreto e não por conceitos e abstrações (SAMPEDRO, M., BLASCO, G. e HERNÁNDEZ, A., 1997). Partindo desta premissa, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento das pesquisas realizadas sobre deficiência intelectual, buscando analisar as principais temáticas relacionadas à questão. Trata-se de um estudo descritivo-analítico, através de pesquisa bibliográfica, por meio dos bancos de dados bireme, lilacs, google acadêmico. Os autores e artigos consultados apontam aspectos importantes, no que se refere a avanços no conceito de deficiência intelectual, que passa de um conceito demoníaco a alguém que precisa ser respeitado e para quem devemos buscar meios que possam contribuir para sua aprendizagem. Por outro lado, os artigos e pesquisas também sinalizam que há muito a ser construído, tendo em vista que ainda há uma visão de vitimização do deficiente intelectual e de que o mesmo não é capaz de aprender ou que pode aprender muito pouco, ou seja, subestima-se sua capacidade de aprendizagem, o que não contribui para seu avanço.

Palavras-chaves: deficiência intelectual; aprendizagem; desenvolvimento intelectual.

Abstract

Children with intellectual disabilities are slow in all areas of development: motor skills, socialization, self-care and language. Their problems of learning and memory are related to conceptual categorization and symbolic condition, they are not in possession of mental structures for assimilation. Therefore, guided by images or by concrete and not by concepts and abstractions (SAMPEDRO, M., Blasco and G. Hernandez, A., 1997). Starting from this premise, the aim of this study was to conduct a survey of research on intellectual disabilities, trying to analyze the main issues related to the question. This is a descriptive-analytic study, through literature, through banks of bireme data, lilacs, google scholar. The authors and articles consulted point to important aspects when it comes to advances in the concept of intellectual disability, which is just a demonic concept to someone who needs to be respected and to whom we look for ways that they can contribute to their learning. On the other hand, research articles and also indicate that there is much to be built, given that there is still a vision impaired intellectual victimization and that it is not able to learn or d can learn that very little, or underestimates up their learning ability, which does not contribute to its advancement.

Keywords: intellectual disability; learning; intellectual development

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Beltrão Tavares Costa

UCES

sbtcosta@hotmail.com

Introdução

As crianças com deficiência intelectual são lentas em todas as áreas do desenvolvimento: habilidades motoras, socialização, autocuidado e linguagem. Seus problemas de aprendizagem e memória estão relacionados à categorização conceitual e condição simbólica, estas não são detentoras de estruturas mentais para assimilação. Portanto, se orientam por imagens ou pelo concreto e não por conceitos e abstrações (SAMPEDRO, M., BLASCO, G. e HERNÁNDEZ, A., 1997). Partindo desta premissa, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento das pesquisas realizadas sobre deficiência intelectual, buscando analisar as principais temáticas relacionadas à questão. Trata-se de um estudo descritivo-analítico, através de pesquisa bibliográfica, através dos bancos de dados bireme, lilacs, google acadêmico.

Eram as atividades econômicas que definiam as relações do homem na antiguidade, e eram representadas pela agricultura, pecuária e artesanato. Sendo o senhor, o dono dos bens considerado superior e o não-senhor, considerado sub-humano. Neste período, a deficiência não existia enquanto problema, as crianças portadoras de alguma deficiência identificável eram abandonadas até sua morte (ARANHA, 1979; PESSOTTI, 1984).

A sociedade começa a se organizar em feudos na Idade Média, e o cristianismo desenvolve uma visão abstrata do homem, causando uma mudança na organização sócio-política da sociedade, que se divide em nobreza, clero e servos. O deficiente, sendo o possuidor de uma alma, não poderia mais ser exterminado, os familiares ou a igreja passam a ser seus tutores, mas não existem evidências no sentido de ser-lhes oferecido acolhimento, treinamento ou proteção. Este período histórico foi marcado por

dois fatos importantes, a Inquisição Católica e a Reforma Protestante. A percepção de deficiência variou em função das noções teológicas, a deficiência ora era atribuída a desígnios divinos, ora a possessão demoníaca. Assim, a atitude da sociedade com relação a deficiência era de intransigência ou repreensão, representada pela ação de castigos severos (PESSOTTI, 1984, p. 12).

Ainda segundo o mesmo autor, no final do século XV, início da Revolução Burguesa vem com a revolução das ideias, mudanças no sistema de produção representada pelo capitalismo mercantil, derrubada da monarquia e perda de poder pela Igreja Católica. A divisão social do trabalho dá origem a duas classes sociais, os donos dos meios de produção e os operários. Neste contexto, os deficientes passam a ser vistos como não produtivos, necessitando que a sociedade lhe propicie sustento e manutenção. Com o avanço da medicina, os deficientes passam a ser considerados doentes, surgem assim os primeiros hospitais psiquiátricos, onde eram confinados; o tratamento quando dispensado era da alquimia ou magia.

No século XIX, o capitalismo fortalecido necessita de uma estrutura de sistema de ensino, objetivando mão de obra especializada. O deficiente começa a ser responsabilidade do setor público, mas a tendência à institucionalização se mantém. O capitalismo moderno é implantado no século XX, tendo como objetivo o aumento do capital, sem a criação de oportunidades reais de trabalho para todos; a população excedente torna-se marginalizada, sem oportunidades de mudanças, dentre eles os deficientes (PESSOTTI, 1984).

O mesmo autor acrescenta ainda que após as duas grandes guerras mundiais, meados do século XX, o estado reconhece a sua responsabilidade nos cuidados do deficiente, porém ações governamentais não eram realizadas. Assim, o final da Primeira Guerra Mundial, com soldados feridos, necessitando de reabilitação para que pudessem se tornar produtivos, surgiram os primeiros programas de reabilitação, a segunda Guerra Mundial além de ampliar estes programas, também cooperou para um aumento das oportunidades de trabalho em função da escassez de mão de obra.

A Guerra do Vietnã foi responsável por um aumento muito significativo de deficientes nos USA, que além de sequelas físicas, apresentavam graves transtornos emocionais. Os problemas causados pelo isolamento e do estigma desta população levaram a um movimento em defesa de seus direitos, denominado Ideologia da

Normalização, coletânea de ideias que refletem necessidades e desejos de pessoas atípicas da sociedade, objetivando a inserção do indivíduo na sociedade, com padrões e condições próximas do cotidiano de toda sociedade. Este princípio deu origem aos movimentos de desinstitucionalização e integração social do deficiente (BRADDOCK, 1977, p. 4).

Assim, a história registrou formas diferentes de ver o indivíduo com deficiência, que passaram pelo abandono, extermínio, segregação, internação e atualmente inclusão.

Na década de 1960, surgem as primeiras propostas de educação inclusiva, com o surgimento das classes especiais em escolas regulares. Na década de 1980, surge um novo pressuposto no que diz respeito à educação inclusiva, advogando uma educação composta por um conjunto de princípios e procedimentos realizados pelos sistemas de ensino que adeque as escolas regulares públicas e privadas ao aluno deficiente.

Durante este período, a condição conhecida hoje como deficiência intelectual recebeu ao longo da história, diversas conceptualizações: idiota, imbecil, débil mental, oligofrênico, excepcional, retardado e deficiente mental.

Atualmente, o conceito de deficiência mental definido pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD é compreendida como:

Uma condição caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, que está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, manifestadas antes dos dezoito anos de idade (AAMR, 2006, p. 20).

As habilidades intelectuais referem-se às capacidades de raciocínio, planejamento, solução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas, rapidez de aprendizagem por meio da experiência. O comportamento adaptativo é “a capacidade que o indivíduo possui para atender aos padrões de independência pessoal e responsabilidade social esperado para sua idade e grupo social” (MAZZOTTA, 1987, p. 12).

Alguns estudos brasileiros sobre deficiência intelectual abordam a temática sob o aspecto da percepção dos educadores sobre inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.

Em um artigo de 2011, Rossato e Leonardo, realizaram um estudo com 21 educadoras de três escolas de educação especial – APAEs do interior do Paraná, objetivando conhecer as expectativas de aprendizagem e a concepção dos educadores acerca de deficiência intelectual, imbricadas no ensino com tais alunos. Para tanto, foram realizadas entrevistas e analisadas, mediante a análise do discurso. Os resultados indicam expectativas positivas em relação ao aprendizado escolar dos seus alunos, e contraditoriamente, um processo de naturalização do não aprender, numa concepção de incapacidade para o aprendizado dos conhecimentos científicos, centradas numa irreversibilidade orgânica.

Pletsch e Glat (2012), em outra pesquisa realizada em três escolas públicas no Rio de Janeiro, quando foram analisadas as trajetórias escolares de cinco alunos com deficiência intelectual, com o objetivo de avaliar o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos, a partir do referencial sócio-histórico-cultural de Vigotski. Os resultados evidenciaram a precariedade do processo de ensino e aprendizagem oferecido a alunos com deficiência intelectual, independente da modalidade de escolarização e a falta de conhecimentos dos professores no que se refere às especificidades educacionais desses sujeitos.

Mendes (2008), fez uma interessante revisão dos 29 estudos concluídos, oito projetos de iniciação científica, onze dissertações de mestrado, cinco teses de doutorado e seis projetos de grande porte, da UFSCar, São Carlos, SP, com o objetivo de revisar a agenda de investigações sobre inclusão escolar, do grupo de GP-FOREESP (Formação de Recursos Humanos em Educação Especial). Nos âmbitos estaduais e municipais observa-se a ausência de procedimentos de avaliação, o que compromete o processo inclusivo, faltam indicadores para monitoramento, os que acenam com estatísticas promissoras muitas vezes não possuem dados confiáveis, e outras vezes não complementam seus estudos com descrições de quem é esse alunado e de como está sua situação educacional, se eles estão tendo acesso ao currículo, se estão socializando na direção desejável, e se estão sendo socialmente aceitos na escola. A grande maioria dos estudos se restringe muito a relatos de depoimentos, de experiências, e em estudos de casos. A inclusão escolar é um fenômeno que não existe, uma vez que a grande maioria das nossas crianças e jovens com necessidades educacionais especiais permanece à margem de qualquer tipo de escola.

Veltrone (2011), em um estudo sobre inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo com o objetivo de analisar inicialmente a documentação oficial que rege o processo de avaliação e identificar do aluno com necessidade educacional no país e no Estado de São Paulo, chega à conclusão de que faltam diretrizes para a definição e avaliação da deficiência intelectual, tendo como consequência práticas desconhecidas. Foram entrevistados 67 profissionais em cinco municípios paulistas, em três instâncias usualmente envolvidas na identificação desses alunos: a rede municipal, a rede estadual e a escola especial, totalizando 15 locais de coleta de dados. Os resultados indicam que o professor da classe comum é o principal agente do encaminhamento de alunos com suspeita de deficiência intelectual, na escola especial encontra-se equipe multidisciplinar voltada para a avaliação diagnóstica, enquanto que nas redes municipais e estaduais a avaliação diagnóstica é realizada por uma equipe de educadores e avaliação com finalidade pedagógica, no discurso dos profissionais predomina uma contradição que apontam que a rotulação dessa condição é desnecessária e maléfica.

Outros estudos sobre deficiência intelectual foram encontrados relacionando a temática ao aspecto da sexualidade.

Em 2009, Brito e Oliveira realizaram uma pesquisa com 20 profissionais, funcionários de uma instituição psiquiátrica da cidade de Crato, CE, com o objetivo de identificar as percepções da sexualidade de portadores de doença mental pelos profissionais de saúde que trabalham com os mesmos. Os resultados mostram que a concepção dos profissionais de saúde a respeito da sexualidade do doente mental é expressa através da negação, da associação aos desvios, transgressões e doença. Evidencia-se, portanto, a necessidade de um olhar atento para as questões que envolvem a sexualidade deste indivíduo que precisa ser assistido em todas as suas dimensões: física, afetiva e social.

Morales e Batista (2010), em outro estudo realizado com nove adolescentes e jovens matriculados no Ensino Fundamental (modalidade jovens e adultos) de uma instituição de educação especial localizada no interior do estado de São Paulo, tendo como objetivo descrever a compreensão de conceitos sobre sexualidade por jovens com diagnóstico de deficiência intelectual, em aulas de orientação sexual, obtiveram como

evidências que as visões míticas contrastaram em relação à sexualidade desses jovens e sugerem mais estudos sobre suas competências.

Sousa (2011), em uma pesquisa sobre as práticas e percepções face à afetividade e sexualidade do indivíduo com deficiência mental, realizado com 10 indivíduos portadores de deficiência mental, 10 famílias e 5 técnicos da ASCUDT, em uma IPSS de Bragança, com o objetivo de conhecer as crenças mais comuns, dos técnicos e da família, relacionadas à sexualidade do portador de deficiência mental, conhecer as aspirações do indivíduo com deficiência mental e os problemas de expressão sexual do mesmo, constatou que a minimização da sexualidade desadequada depende nomeadamente da mudança das práticas e percepções, crenças e atitudes em tomo da sexualidade na deficiência mental.

Ainda nesta linha, Teixeira (2010) analisou a atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental, observando um grupo de 5 educadores e 11 adolescentes com deficiência mental, em uma escola de ensino especial, da rede pública de Belo Horizonte. Sendo que dentre eles: 04 eram educadores do sexo feminino e 01 do sexo masculino, 06 adolescentes do sexo feminino e 05 do sexo masculino. A idade dos educadores variou de 17 a 50 anos, para ambos os sexos. Já a idade dos adolescentes observados variou de 12 a 18 anos para ambos os sexos, este trabalho, tem como principal objetivo identificar quais são as atitudes dos educadores frente às expressões da sexualidade do adolescente com deficiência mental no espaço escolar. Os resultados do estudo permitiram concluir que dentre os motivos apresentados para a não inclusão da temática Educação Afetivo-Sexual no trabalho com deficientes mentais, está a dificuldade dos educadores de aceitar que a sexualidade desses sujeitos passa por todos os estágios de desenvolvimento das pessoas ditas normais.

Em outro artigo, Franco (2010) também analisa atitudes face à afetividade e sexualidade do jovem com deficiência mental. Neste caso, participaram 454 alunos da Universidade da Beira Interior. Destes, 264 frequentavam o curso de Medicina, 109 o de Psicologia e 79 o de Arquitetura, como principal objetivo identificar quais são as atitudes face à afetividade e sexualidade do jovem com deficiência mental. Através deste estudo pode-se também concluir que os alunos de Psicologia, os do sexo feminino e aqueles que não têm um contato frequente com deficientes mentais são os que

assumem uma atitude mais positiva face à afetividade e sexualidade do deficiente mental. Contudo, não existe grande diferença entre a variabilidade da distribuição das medianas de resposta dos três cursos abordados.

Considerações Finais

Os autores e artigos consultados apontam aspectos importantes, no que se refere a avanços no conceito de deficiência intelectual, que passa de um conceito demoníaco a alguém que precisa ser respeitado e a quem devemos buscar meios que possam contribuir para sua aprendizagem. Por outro lado, os artigos e pesquisas também sinalizam que há muito a ser construído, tendo em vista que ainda há uma visão de vitimização do deficiente intelectual e de que o mesmo não é capaz de aprender ou que pode aprender muito pouco, ou seja, subestima-se sua capacidade de aprendizagem, o que não contribui para seu avanço.

Referências

AAMR (American Association on Mental Retardation) **Retardo Mental, Definição, Classificação e Sistemas de Apoio**. 10ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARANHA, M.S.F. **Overview of the Rehabilitation Movement in the United States and Proposals for an Extended Model in Brazil** Carbondale, Illinois, USA.: Rehabilitation Institute, Southern Illinois University, 1979.

BRADDOCK, D. (1911) **Opening Closed Doors - the Deinstitutionalization of Disabled Individuals**. Virginia: The Council for Exceptional Children.

BRITO, Patrícia Francisca de e OLIVEIRA, Cleide Correia de. **A sexualidade negada do doente mental: percepções da sexualidade do portador de doença mental por profissionais de saúde**. Versão On-line ISSN 1806-5821, Ciênc. cogn. v.14 n.1 Rio de Janeiro mar. 2009.

ESCOBAL, Giovana; ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador e GOYOS, Celso. **Aquisição de conceito de número por pessoas com Deficiência Intelectual**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 15, n. 3, p. 467-475, jul./set. 2010.

FOLLY, Débora Silva Guedes e RODRIGUES, Maria do Rosário de Fátima. **O fazer do psicólogo e a síndrome de Down: uma revisão de literatura**. Psicol. Educ. no.30 São Paulo jun. 2010.

FRANCO, Daniela Gouveia. **Atitudes face à afetividade e sexualidade do jovem com deficiência mental**. UBI Thesis, Faculdades de Ciências da Saúde, Covilhã, Portugal, 2010, <http://hdl.handle.net/10400.6/797>.

MAZZOTTA, M. J. da S.. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1987.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Pesquisas sobre Inclusão Escolar: revisão da agenda de um grupo de pesquisa.** Revista Eletrônica de Educação, v. 2, n. 1, jun. Artigos. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação, .2008

MORALES, Aida Souza e BATISTA, Cecília Guarnieri. **Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Abr-Jun 2010, Vol. 26 n. 2, pp. 235-244.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Notas sobre a apropriação da escrita por crianças com Síndrome de Down.** Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPEl | Pelotas [36]: 337 - 359, maio/agosto 2010.

PESSOTTI, I, **Deficiência Mental: da Superstição a Ciência.** São Paulo: EDUSP, 1984.

PFANNER, P. e MARCHESCHI, M. **Retardo Mental,** São Paulo, Paulinas, 2008.

PLETSCH, Márcia Denise e GLAT, Rosa. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado.** Linhas Críticas, Revista da Faculdade de Educação UnB, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

ROSSATO, Solange Pereira Marques e LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. **A Deficiência Intelectual na concepção de educadores da Educação Especial: contribuições da Psicologia Histórico Cultural.** Rev. bras. educ. espec. vol.17 no.1 Marília Jan,/Apr. 2011.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador e GOYOS, Celso. **Deficiência intelectual e aquisição matemática: currículo como rede de relações condicionais.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) * Volume 13, Número 2, Julho/Dezembro de 2009 * 213-225.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador. **Deficiência Mental e aquisição matemática: o currículo como rede de relações.** Psiquiatriainfantil.com.br. <http://www.psiquiatriainfantil.com.br/congressos/uel2007/305.htm>.

SAMPEDRO, M.; BLASCO, G.M.G. e HERNANDÉZ, M.A **Criança com Síndrome de Down.**In RAFAEL BATISTA (Orgs); Necessidades Educativas especiais, Coleção Saber Mais, Dinalivro, pp: 225-248, 1993.

SOUSA, Luísa da Assunção de Oliveira. **A educação sexual na deficiência mental: práticas e percepções face à afetividade e sexualidade do individuo com deficiência mental.** Biblioteca Digital do IPB, 2011, <http://hdl.handle.net/10198/3595>.

TEIXEIRA, Rita de Cássia Costa. **Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 309-317, ago. / dez. 2010.

VELTRONE, Aline Aparecida. **Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no estado de São Paulo: identificação e caracterização.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011. São Carlos : UFSCar, 2011. 193f.